

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES  
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM  
SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE  
COLOCAÇÃO, DA JSL S.A.**

**entre**

**JSL S.A.**  
*na qualidade de emissora*

**E**

**PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**  
*na qualidade de agente fiduciário*

**17 de junho de 2011**

---

**Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da  
Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Colocação, da  
JSL S.A.**

**Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da  
Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Colocação, da  
JSL S.A.**

Pelo presente instrumento, de um lado

**JSL S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Angélica, n.º 2.346, conjunto 161, parte B, 16º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob n.º 52.548.435/0001-79, neste ato representada na forma de seu estatuto social (a "Emissora");

e, de outro lado

**PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**, sociedade com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima n.º 3.900, 10º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 67.030.395/0001-46, representando a comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures da presente emissão (os "Debenturistas"), neste ato representada na forma de seu estatuto social (o "Agente Fiduciário"),

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da JSL S.A., (a "Escritura" e "Debêntures"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

## **CLÁUSULA I**

### **AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura é firmada com base na deliberação da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 17 de junho de 2011, nos termos do artigo 59, parágrafo primeiro, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a "RCA" e "Lei das Sociedades por Ações", respectivamente).

## **CLÁUSULA II**

### **REQUISITOS**

A 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, pela Emissora (a "Emissão"), para distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de

**Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Colocação, da JSL S.A.**

janeiro de 2009 (a "Oferta" e a "Instrução CVM 476", respectivamente), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

## **2.1. Dispensa de Registro na CVM e na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais**

A Oferta será realizada nos termos da Instrução CVM 476 estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição pública perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 07 de dezembro de 1976.

A Oferta também não será objeto de registro perante a ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

## **2.2. Arquivamento e Publicação da Ata da RCA**

A ata da RCA que deliberou a emissão será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e será publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e (ii) no jornal "Brasil Econômico", nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

## **2.3. Inscrição da Escritura na JUCESP**

Esta Escritura e seus eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão arquivados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.

## **2.4. Registro para Colocação e Negociação**

2.4.1 As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada através da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto no item 2.4.2 abaixo, no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2 Não obstante o descrito no item 2.4.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004,

conforme alterada (os “Investidores Qualificados”), depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição e integralização ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476 e do cumprimento, pela Emissora, do artigo 17 da Instrução CVM 476.

## **CLÁUSULA III**

### **CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

#### **3.1. Objeto Social da Emissora**

De acordo com o artigo 3º do estatuto social da Emissora, a Emissora tem por objeto social a exploração dos seguintes serviços: (i) transporte rodoviário de cargas, incluindo, mas não se limitando, produtos de higiene, cosméticos, perfumes, para a saúde, medicamentos e insumos farmacêuticos e/ou farmoquímicos, inclusive os sujeitos a controle especial, saneantes domissanitários, materiais e biológicos e alimentos em geral e coletivo de passageiros, nos âmbitos municipal, estadual, federal e internacional; armazenagem de cargas; exploração de despachos aduaneiros e de depósito alfandegado público; prestação de serviços especializados de escolta aos veículos próprios e de terceiros utilizados nos transportes de cargas indivisíveis e excedentes em pesos ou dimensões e de outras que por sua periculosidade dependam de autorização e escolta em transporte; operações portuárias em conformidade com a Lei 8.630/93; armazenamento de cargas destinadas à exportação; fretamento e transporte turístico de superfície; logística; operação de terminais rodoviários; operação e manutenção de estacionamento de veículos; operação e manutenção de aterros sanitários e incineração de lixo e resíduos em geral; coleta e transporte de lixo domiciliar, comercial ou industrial e de produtos perigosos e não perigosos, incluindo, sem limitação, resíduos biológicos e industriais; limpeza pública em ruas, logradouros e imóveis em geral, públicos ou privados (terrenos, edifícios, etc., incluindo-se varrição, capina manual, mecânica e química, roçada, poda e extração de árvores, execução e conservação de áreas verdes, limpeza e manutenção de bueiros, córregos, rios e canais); prestação de serviços mecanizados e/ou manuais, de natureza agropecuária e florestal em imóveis rurais; operação e exploração de pedágios em estradas rodoviárias; conservação, manutenção e implantação de estradas rodoviárias; construção civil em geral; abastecimento de água e saneamento básico (coleta e tratamento de esgotos e efluentes industriais); medição e cobrança de serviços de fornecimento de água, coleta e tratamento de esgoto executados por terceiros; bem como (ii) a locação de veículos, máquinas e equipamentos de qualquer natureza; (iii) o comércio de contêineres plásticos, papelerias plásticas; comercialização (compra e venda) de veículos leves e pesados, máquinas e

**Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Colocação, da JSL S.A.**

equipamentos novos e usados em geral; prestação dos serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota (preventiva e corretiva); intermediação de negócios, contratos e bens móveis, podendo, ainda; (iv) participar de outras sociedades, como sócia ou acionista.

### **3.2. Número da Emissão**

A presente Escritura constitui a 4ª Emissão de Debêntures da Emissora.

### **3.3. Valor Total da Emissão**

O valor total da Emissão ("Valor Total da Emissão") é de R\$113.000.000,00 (cento e treze milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

### **3.4. Número de Séries**

A Emissão será realizada em série única.

### **3.5. Quantidade de Debêntures Emitidas**

Serão emitidas 113 (cento e treze) Debêntures.

### **3.6. Colocação e Procedimento de Distribuição.**

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do BB – Banco de Investimento S.A., na qualidade de instituição intermediária líder da Oferta ("BB-BI" ou "Coordenador Líder") conforme o "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, da 4ª Emissão da JSL S.A." a ser celebrado entre o Coordenador Líder e a Emissora ("Contrato de Colocação").

3.6.2. O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar até no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.6.3. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando estar cientes de que (i) a Oferta não foi

**Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da  
Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Colocação, da  
JSL S.A.**

registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura.

3.6.4. A Emissora não poderá realizar uma nova emissão de debêntures antes que a totalidade das Debêntures seja colocada, ou seja, cancelado o saldo das Debêntures não colocado.

3.6.5. Adicionalmente, a Emissora não poderá realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM, observado o item 3.6.4. acima.

### **3.7. Banco Mandatário e Instituição Depositária**

3.7.1. O banco mandatário e instituição depositária da Emissão será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Vila Yara, s/n.º, Prédio Amarelo, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Mandatário" e "Instituição Depositária").

### **3.8. Destinação dos Recursos**

Os recursos obtidos pela Emissora por meio da Oferta serão destinados exclusivamente ao resgate antecipado da totalidade de debêntures objeto da 2ª emissão da Emissora.

## **CLÁUSULA IV**

### **CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

#### **4.1. Características Básicas**

4.1.1 **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data da emissão das Debêntures será 24 de junho de 2011 ("Data de Emissão").

4.1.2 **Conversibilidade, Tipo e Forma:** As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas e certificados.

**Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da  
Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Colocação, da  
JSL S.A.**

**4.1.3 Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, sem garantia, nem preferência, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

**4.1.4 Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vigência de 6 (seis) anos e vencerão em 24 de junho de 2017 ("Data de Vencimento").

**4.1.5 Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

## **4.2. Remuneração**

O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios trimestrais, a contar da Data de Emissão ("Juros Remuneratórios"), correspondentes a 118% (cento e dezoito por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, over extra-grupo ("Taxa DI"), calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página de Internet ([www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado de cada Debênture, desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do Período de Capitalização (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento ("Remuneração"). A Remuneração será paga ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo).

**4.2.1** O cálculo dos juros da Remuneração das Debêntures obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

**J** Valor da Remuneração, devida nos termos do item 4.2. acima, calculada com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

**VNe** Valor Nominal de Emissão ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

**FatorDI** Produtório das Taxas DI-Over com uso de percentual aplicado a partir da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo do pagamento da



**Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da  
Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Colocação, da  
JSL S.A.**

Remuneração (conforme item 4.4 abaixo), exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[ 1 + \left( \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$$

onde:

$n_{DI}$  Número total de Taxas DI-Over, sendo " $n_{DI}$ " um número inteiro;

$k$  Corresponde ao número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até  $n_{DI}$

$p$  Percentual a ser aplicado sobre a Taxa DI-Over, informado com 2 (duas) casas decimais, correspondente a 118,00% (cento e dezoito por cento);

$\text{TDI}_k$  Taxa DI-Over, de ordem  $k$ , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left( \frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$\text{DI}_k$  Taxa DI-Over divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight);

Observações:

1) O fator resultante da expressão  $\left[ 1 + \left( \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$  será considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

2) Efetua-se o produtório dos fatores diários  $\left[ 1 + \left( \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$ , sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

3) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

**Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da  
Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Colocação, da  
JSL S.A.**

4) As Taxas DI deverão ser utilizadas considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

Para os fins desta Escritura, "Período de Capitalização" significa o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, nos casos dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.2.3 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada na apuração de "TDI<sub>k</sub>" a última Taxa DI disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI aplicável.

4.2.4 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência de Taxa DI") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e na Cláusula X abaixo), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). A AGD será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal ou judicial da Taxa DI, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, e para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, a fórmula estabelecida no item 4.2.1 acima e para a apuração de "TDI<sub>k</sub>" será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares de Debêntures, quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.2.5 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida AGD não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, voltará a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures.

4.2.6 Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em circulação, a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar

**Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Colocação, da JSL S.A.**

antecipadamente a totalidade das Debêntures, sem realizar o pagamento de multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva AGD, pelo seu Valor Nominal Unitário, ou seu Valor Nominal Unitário não amortizado nos termos desta Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e consequente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão das Debêntures em questão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência da Taxa DI será utilizada a fórmula estabelecida no item 4.2.1 acima e para a apuração de "TDI<sub>k</sub>" será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.2.7 Farão jus aos pagamentos aqueles que forem titulares de Debêntures ao final do dia útil anterior a cada data de pagamento da Remuneração.

### **4.3. Amortização do Principal**

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 4 (quatro) parcelas iguais, anuais e consecutivas, sendo a primeira em 24 de junho de 2014, de acordo com a tabela abaixo:

<b>Data de Amortização</b>	<b>Percentual de Amortização do Valor Nominal Unitário</b>
24 de junho de 2014	25,0000%
24 de junho de 2015	25,0000%
24 de junho de 2016	25,0000%
24 de junho de 2017	25,0000%

#### **4.3.1. Amortização Extraordinária**

4.3.1.1. Não obstante o disposto no item 4.3 acima, a Emissora poderá realizar, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, a amortização extraordinária do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Amortização Extraordinária"). A Amortização Extraordinária estará limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário não amortizado e deverá ser precedida de notificação escrita ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis à realização do pagamento da Amortização Extraordinária ("Notificação da Amortização Extraordinária").

4.3.1.2. A Notificação de Amortização Extraordinária deverá conter: (i) data indicada para o pagamento da Amortização Extraordinária ("Data de Amortização Extraordinária");

**Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da  
Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Colocação, da  
JSL S.A.**

(ii) o percentual do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures objeto da Amortização Extraordinária, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Amortização Extraordinária e (b) demais encargos devidos e não pagos até a Data de Amortização Extraordinária; (iii) Prêmio, conforme definido na cláusula VI; e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária.

4.3.1.3. A Emissora deverá comunicar, por meio de correspondência com o de acordo do Agente Fiduciário, a CETIP da realização da Amortização Extraordinária com, no mínimo, 02 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para o pagamento da Amortização Extraordinária.

4.3.1.4. O pagamento da Amortização Extraordinária deverá ser realizado de acordo com o disposto no item 4.5 abaixo, na data indicada na Notificação da Amortização Extraordinária, e deverá abranger todas as Debêntures em circulação. Caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente no SND, o evento seguirá os procedimentos previstos pela CETIP.

4.3.1.5. A Amortização Extraordinária ensejará o pagamento de Prêmio pela Emissora aos Debenturistas, conforme definido no item 6.1 abaixo.

#### **4.4. Pagamento da Remuneração**

O pagamento da Remuneração será realizado, trimestralmente, a partir da Data de Emissão, da seguinte forma:

A Remuneração será paga, trimestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 24 de setembro de 2011 e os demais pagamentos devidos todo dia 24 dos meses de dezembro, março, junho e setembro até a Data de Vencimento, qual seja, 24 de junho de 2017 (cada uma, uma “Data de Pagamento da Remuneração”).

#### **4.5. Local de Pagamento**

Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas, bem como aqueles relativos a quaisquer outros valores devidos nos termos da Escritura, serão efetuados no mesmo dia de seu vencimento, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente junto à CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados pela instituição depositária das Debêntures ou na sede da Emissora, se for o caso.

#### **4.6. Prorrogação dos Prazos**

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, previstas e decorrentes desta Escritura, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

#### **4.7. Encargos Moratórios**

Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

#### **4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

Sem prejuízo do disposto no item 4.7 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração das Debêntures e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### **4.9. Forma de Subscrição e Integralização**

A integralização das Debêntures será realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

#### **4.10. Repactuação**

Não haverá repactuação das Debêntures.

#### **4.11. Publicidade**

Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – *internet* ([www.jsl.com.br](http://www.jsl.com.br)).

#### **4.12. Comprovação de Titularidade das Debêntures**

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, será reconhecido como comprovante de titularidade o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista.

#### **4.13. Imunidade de Debenturistas**

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Instituição Depositária, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes das datas previstas de pagamento das Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

#### **4.14. Aquisição Facultativa**

A Emissora poderá, a qualquer tempo, observadas as restrições da Instrução CVM 476, adquirir as Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva aquisição, conforme o disposto no artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado.

### **CLÁUSULA V RESGATE ANTECIPADO**

**5.1.** A Emissora poderá realizar, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, o resgate antecipado da totalidade das Debêntures (“Resgate Antecipado”). A Emissora poderá realizar o Resgate Antecipado mediante comunicação escrita aos debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis à realização do pagamento do Resgate Antecipado (“Aviso aos Debenturistas” e “Comunicação de Resgate”, respectivamente).

5.1.1. A Comunicação de Resgate e o Aviso aos Debenturistas deverão conter (i) a data indicada para o pagamento do Resgate Antecipado (“Data de Resgate Antecipado”); (ii) o valor de resgate correspondente ao pagamento do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures objeto do Resgate Antecipado, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Resgate Antecipado; e (b) demais encargos devidos e não pagos até a Data de Resgate Antecipado; (iii) Prêmio, conforme definido na Cláusula VI abaixo, se houver, e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado.

**5.2.** A Emissora deverá comunicar, por meio de correspondência com o de acordo do Agente Fiduciário, a CETIP da realização do Resgate Antecipado com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para a realização Resgate Antecipado.

**5.3.** O pagamento do Resgate Antecipado deverá ser realizado de acordo com o disposto no item 4.5 acima, na data indicada no Aviso aos Debenturistas e na Comunicação de Resgate. Caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente no SND, o evento seguirá os procedimentos previstos pela CETIP.

**5.4.** As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser liquidadas e canceladas pela Emissora.

## CLÁUSULA VI

### PRÊMIO

**6.1** Na hipótese da Amortização Extraordinária prevista no item 4.3.1 ou do Resgate Antecipado previsto na Cláusula V acima ocorrer até o final do 72º (septuagésimo segundo) mês contado da Data de Emissão, a Emissora pagará um prêmio equivalente a um percentual calculado sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures objeto de Amortização Extraordinária ou de Resgate Antecipado, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da data de

**Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da  
Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Colocação, da  
JSL S.A.**

pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a Data de Amortização Extraordinária ou Data de Resgate Antecipado, conforme o caso ("Prêmio"), sendo que referido percentual será igual a:

- (i) 1,30% (um inteiro e trinta centésimos por cento), se a Amortização Extraordinária ou o Resgate Antecipado ocorrer até 24 de junho de 2012, inclusive;
- (ii) 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento), se a Amortização Extraordinária ou o Resgate Antecipado ocorrer entre 25 de junho de 2012 e 24 de junho de 2013, inclusive;
- (iii) 1,00% (um inteiro por cento), se a Amortização Extraordinária ou o Resgate Antecipado ocorrer entre 25 de junho de 2013 e 24 de junho de 2014, inclusive;
- (iv) 0,80% (oitenta centésimos por cento), se a Amortização Extraordinária ou o Resgate Antecipado ocorrer entre 25 de junho de 2014 e 24 de junho de 2015, inclusive;
- (v) 0,60% (sessenta centésimos por cento), se a Amortização Extraordinária ou o Resgate Antecipado ocorrer entre 25 de junho de 2015 e 24 de junho de 2016, inclusive; ou
- (vi) 0,40% (quarenta centésimos por cento), se a Amortização Extraordinária ou o Resgate Antecipado ocorrer entre 25 de junho de 2016 e 24 de junho de 2017, inclusive.

## **CLÁUSULA VII**

### **VENCIMENTO ANTECIPADO**

**7.1.** É facultado ao Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário não amortizado acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e demais encargos devidos e não pagos até a data do vencimento antecipado, apurado na forma da lei, nas seguintes hipóteses:



**Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Colocação, da JSL S.A.**

- (a) descumprimento pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada à Emissão não sanada no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data do respectivo vencimento;
- (b) caso ocorra (i) a dissolução ou a liquidação da Emissora; (ii) a decretação de falência da Emissora; (iii) o pedido de autofalência, por parte da Emissora; (iv) o pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos eleitos da declaração de falência, ou por outro meio, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da citação; (v) a apresentação de pedido e/ou de plano de recuperação extrajudicial a seus credores (independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano), por parte da Emissora, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas em AGD convocada com esse fim, sendo dispensada essa aprovação se for assegurado aos Debenturistas que o desejarem, a aquisição pela Emissora das Debêntures de que estes forem titulares, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar do referido pedido; (vi) o ingresso pela Emissora em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (vii) qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora, incluindo acordo de credores, nos termos da legislação aplicável;
- (c) caso ocorra (i) a dissolução ou a liquidação de quaisquer sociedades coligadas, controladoras ou controladas da Emissora; (ii) a decretação de falência de quaisquer sociedades coligadas, controladoras ou controladas da Emissora; (iii) o pedido de autofalência, por parte de quaisquer sociedades coligadas, controladoras ou controladas da Emissora; (iv) o pedido de falência formulado por terceiros em face de quaisquer sociedades coligadas, controladoras ou controladas da Emissora e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos eleitos da declaração de falência, ou por outro meio, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da citação; (v) o ingresso por quaisquer sociedades coligadas, controladoras ou controladas da Emissora em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (vi) qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência de quaisquer sociedades coligadas, controladoras ou controladas da Emissora, incluindo acordo de credores, nos termos da legislação aplicável;
- (d) transformação da Emissora em sociedade limitada;
- (e) a incorporação, a fusão ou a cisão da Emissora, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas em AGD convocada com esse fim, sendo dispensada essa aprovação se for assegurado aos Debenturistas que o desejarem, a aquisição pela Emissora das Debêntures de que forem titulares, durante o prazo mínimo de 6 (seis)

**Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da  
Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Colocação, da  
JSL S.A.**

meses a contar da data de publicação do fato relevante referente à alienação, nos termos do artigo 231, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações;

(f) se a Emissora tiver título de sua responsabilidade ou co-obrigação de valor superior a R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais) protestado ou sofrer execução ou arresto de bens sem que a explicação a esse respeito solicitada pelo Agente Fiduciário tenha sido apresentada pela Emissora no prazo que lhe tiver sido designado ou, sendo ou tendo sido apresentada a explicação, se a mesma não for considerada satisfatória pelo Agente Fiduciário;

(g) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora em valor agregado igual/ou superior a R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas;

(h) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura, ou em qualquer outro documento da Oferta;

(i) se o objeto social disposto no estatuto social da Emissora for alterado de maneira que sejam excluídas ou substancialmente reduzidas as principais atividades atualmente praticadas e os ramos de negócios atualmente explorados pela Emissora;

(j) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures, estabelecida nos documentos relacionados à Oferta, não sanada no prazo de 2 (dois) dias da comunicação do referido descumprimento: (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (ii) pelo Agente Fiduciário à Emissora, o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;

(k) se a Emissora tiver seu controle acionário direto ou indireto transferido a terceiro sem que os Debenturistas representando a maioria simples dos presentes em AGD tenham manifestado, prévia e formalmente, decisão de manter as Debêntures em circulação, após tal transferência;

(l) deliberação tomada em assembleia pelos acionistas da Emissora, para redução do capital social da Emissora por seus respectivos acionistas, após o início da distribuição das Debêntures e antes da Data de Vencimento, sem a prévia anuência dos titulares das Debêntures, nos termos previstos no § 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;

(m) não pagamento, na data de vencimento original, ou vencimento antecipado, de quaisquer obrigações financeiras da Emissora decorrente de quaisquer operações de

**Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da  
Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Colocação, da  
JSL S.A.**

captação de recursos realizada no mercado financeiro ou de capitais, no mercado local ou internacional, ressalvada a hipótese de a Emissora, por meio de qualquer medida judicial ou arbitral cabível, contestar e evitar a formalização do referido vencimento antecipado ou inadimplemento;

(n) resgate ou amortização de ações, pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista ou qualquer outra forma de oferta, pela Emissora a seus acionistas, quando esta estiver em mora com relação às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e o pagamento de dividendos prioritários (fixos ou mínimos) a que as ações preferenciais eventualmente emitidas pela Emissora façam jus;

(o) se os Debenturistas desta Emissão deixarem de concorrer, no mínimo, em condições *pari passu* com os demais credores das demais dívidas quirografárias da Emissora ressalvadas as obrigações que gozem de preferência ou privilégio por força de disposição legal; e

(p) não manutenção, pela Emissora, do índice obtido pela divisão da Dívida Financeira Líquida nos últimos 12 meses pelo EBITDA Adicionado (EBITDA-A) dos últimos 12 meses igual ou inferior a 3,0 (três inteiros) por todo o período de vigência da Emissão, devendo este ser apurado: (i) trimestralmente pela Emissora, até o 5º dia útil após o prazo máximo previsto pela regulamentação aplicável para a divulgação das demonstrações financeiras e das demonstrações contábeis trimestrais da Emissora; e (ii) com base nas demonstrações financeiras da Emissora, consolidadas ou não, conforme o caso, auditadas ou revisadas pelos auditores independentes da Emissora, e disponibilizadas trimestralmente ao Agente Fiduciário pela Emissora, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a obtenção final de tais Índices Financeiros, e da declaração do Diretor de Relações com Investidores, atestando a sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário, o qual poderá solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários. Para fins deste item devem ser consideradas as seguintes definições:

(i) Dívida Financeira Líquida significa o saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Emissora, incluídas as Debêntures e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida e subtraídos os valores em caixa e em aplicações financeiras de curto prazo, entendidas como as aplicações financeiras que possuam liquidez diária em até 360 (trezentos e sessenta) dias; e

**Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Colocação, da JSL S.A.**

(ii) EBITDA-A significa o lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações, imparidade dos ativos e equivalências patrimoniais, acrescido do custo de venda dos ativos utilizados na prestação de serviços.

**7.2.** A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas, (a), (b), (d), (e), (h), (k), (l) e (o) do item 7.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, desde que respeitados os prazos estabelecidos em cada uma das alíneas do item 7.1, ficando o vencimento condicionado à entrega de notificação nesse sentido, pelo Agente Fiduciário à Emissora.

**7.3.** Na ocorrência dos eventos previstos nas alíneas (c), (f), (g), (i), (j), (m), (n) e (p) do item 7.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar uma AGD, em até 10 (dez) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do referido evento ou for assim informado pelos titulares das Debêntures, para deliberar sobre a eventual não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X abaixo e o quorum específico estabelecido no item 7.3.1 abaixo. A AGD prevista nesta Cláusula poderá também ser convocada pela Emissora, ou na forma do item 10.1 abaixo.

7.3.1 A AGD de que trata o item 7.3 acima, que será instalada observado o quorum previsto na Cláusula 10.2 desta Escritura, poderá optar, por deliberação de Debenturistas que representem no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, por não declarar vencidas antecipadamente as Debêntures.

7.3.2 Na hipótese (i) de não instalação da AGD mencionada no item 7.3 por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 7.3.1 acima pelo quorum mínimo de deliberação, deverá ser interpretada pelo Agente Fiduciário como uma opção dos Debenturistas em declarar antecipadamente vencidas as Debêntures de que são titulares.

**7.4.** Em qualquer hipótese de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em circulação acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a ata de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, devidos até a data do envio da notificação de que trata o item 7.2 acima ou da data da realização da AGD nos termos do item 7.3 acima, conforme o caso, acrescido dos valores devidos a título de encargos moratórios previstos nesta Escritura, desde a data do efetivo inadimplemento, nos casos de eventos de descumprimento de obrigações pecuniárias, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

**Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da  
Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Colocação, da  
JSL S.A.**

**7.5.** O pagamento dos valores mencionados no item 7.4 acima, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, será realizado em até 10 (dez) dias úteis contados da comunicação escrita a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, nos termos desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos nesta Escritura.

## **CLÁUSULA VIII**

### **OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

**8.1.** A Emissora assume as seguintes obrigações:

- (a) sempre que houver e, enquanto permanecer em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, não distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio além do mínimo obrigatório definido pela Lei das Sociedades por Ações, sem a prévia e expressa autorização por escrito dos Debenturistas;
- (b) fornecer ao Agente Fiduciário, em tempo hábil a partir da data do recebimento da respectiva solicitação, todas as informações razoáveis, incluindo, mas não se limitando a todas aquelas previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, de forma correta e completa, que sejam necessárias para a consumação da Oferta ou cumprimento de seus deveres nos termos desta Escritura. A Emissora será responsável pela suficiência e veracidade das informações fornecidas, obrigando-se a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por eventuais prejuízos diretos e devidamente comprovados decorrentes de imprecisões, inveracidades ou omissões relativas a tais informações;
- (c) fornecer ao Agente Fiduciário no prazo de até 10 (dez) dias úteis a partir da data do recebimento da respectiva solicitação, qualquer informação que seja solicitada para a defesa dos interesses dos Debenturistas, observada a legislação aplicável e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora;
- (d) fornecer ao Agente Fiduciário vias originais desta Escritura e de eventuais Aditamentos devidamente arquivadas na JUCESP em até 30 (trinta) dias úteis contados a partir das respectivas datas de assinaturas;
- (e) manter-se adimplente com relação a todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Oferta, exceto aqueles objeto de contestação administrativa ou judicial;

**Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da  
Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Colocação, da  
JSL S.A.**

- (f) prestar informações, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Emissora, que possam resultar em um Efeito Material Adverso (conforme abaixo definido) e/ou de valor individual ou agregado (sempre quando da mesma natureza) superior a R\$36.000.000,00 (trinta e seis milhões de reais). Essas informações deverão ser apresentadas pela Emissora na forma de relatório descritivo da ocorrência e das medidas que serão adotadas pela Emissora para mitigar os efeitos da autuação em questão;
- (g) preparar demonstrações financeiras, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (h) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (i) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (j) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (k) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento de seu exercício social, e manter tais demonstrações financeiras em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo mínimo de 3 (três) anos contados de sua disponibilização. Exclusivamente para fins de vencimento antecipado das Debêntures, o vencimento antecipado somente será decretado se a obrigação de divulgação prevista neste inciso não for cumprida em até 30 (trinta) dias contados do término do prazo para divulgação das demonstrações financeiras, observado o procedimento disposto no item 7.3 acima;
- (l) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002 (“Instrução CVM 358”);
- (m) encaminhar qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário e quaisquer informações a respeito da ocorrência de qualquer descumprimento das obrigações previstas nesta Escritura, de natureza pecuniária ou não, incluindo mas não se limitando aos eventos indicados no item 7.1 acima, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a cobrança feita pelo Agente Fiduciário ou após a ocorrência do descumprimento, sem prejuízo dos demais

**Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Colocação, da JSL S.A.**

procedimentos aplicáveis, nos termos desta Escritura;

- (n) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário e Instituição Depositária, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- (o) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, desde que, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura;
- (p) rigoroso cumprimento pela Emissora, quando aplicável, em seus aspectos relevantes, ao disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão.
- (q) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (r) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, inclusive com envio de documentos, se for o caso prestando, ainda, todas as informações que lhes forem solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP; e
- (s) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim.

## **CLÁUSULA IX**

### **AGENTE FIDUCIÁRIO**

#### **9.1. Nomeação**

**Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da  
Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Colocação, da  
JSL S.A.**

A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura, a Planner Trustee DTVM Ltda., qualificada no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

## **9.2. Declaração**

9.2.1 O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (a) na Data de Emissão, não terá qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM n.º 28 de 23 de novembro de 1983, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) na Data de Emissão, não terá qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da Circular n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) na Data de Emissão, não se encontrará em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28 de 23 de novembro de 1983;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e



(k) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura.

### **9.3. Substituição**

9.3.1 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, a AGD será realizada dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto no item 9.3.7 abaixo.

9.3.2 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

9.3.3 A nomeação do novo Agente Fiduciário será aprovada mediante deliberação de Debenturistas que representem no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em circulação.

9.3.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita (a) ao quorum previsto no item 9.3.3 acima; e (b) à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada; e eventuais normas posteriores.

9.3.5 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCESP.

9.3.6 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a data de vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

**Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Colocação, da JSL S.A.**

9.3.7 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD.

9.3.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

#### **9.4. Deveres**

9.4.1 Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância, pela Emissora, da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;

**Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Colocação, da JSL S.A.**

- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- (j) convocar, quando necessário, a AGD mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos no item 4.11, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (k) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo especificadas. Para tanto, a Companhia deverá, mediante solicitação do Agente Fiduciário, enviar ao Agente Fiduciário todas as informações financeiras e atos societários necessários à realização do relatório, até o 5º (quinto) dia útil de abril de cada ano:
  - l.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - l.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - l.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
  - l.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - l.5) resgate, amortização, e pagamento de remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - l.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - l.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento, inclusive quanto à ocorrência dos eventos previstos nos itens do item 7.1; e

**Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Colocação, da JSL S.A.**

l.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.

(m) disponibilizar o relatório de que trata o inciso “(l)” aos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

m.1) na sede da Emissora;

m.2) na sede do Agente Fiduciário;

m.3) na CVM;

m.4) na CETIP; e

m.5) na sede do Coordenador Líder.

(n) publicar, nos órgãos da imprensa referidos no item 4.11, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso “(m)”;

(o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário e Instituição Depositária, à CETIP;

(p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

(q) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas ou amortizadas, conforme o caso;

(r) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

1) à CVM; e

2) à CETIP;

**Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da  
Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Colocação, da  
JSL S.A.**

- (s) acompanhar a ocorrência dos eventos previstos no item 7.1 e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos;
- (t) manter atualizado o cálculo da Remuneração das Debêntures e divulgá-lo aos Debenturistas ou à CETIP sempre que solicitado; e
- (u) verificar a exigibilidade e regularidade do pagamento do Prêmio.

## **9.5. Atribuições Específicas**

9.5.1 O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2 Observado o disposto no item 7.2, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas 9.5.1 (a), 9.5.1 (b) e 9.5.1.(c) do item 9.5.1 acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, observado que, para a alínea 9.5.1(a) acima, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de Debenturistas que representem pelo menos 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures nos termos do item 7.3.1 desta Escritura, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea 9.5.1 (d) do item 9.5.1. acima.

## **9.6. Remuneração do Agente Fiduciário**

9.6.1. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, e observadas as disposições desta Escritura, parcelas trimestrais de R\$

**Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da  
Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Colocação, da  
JSL S.A.**

3.750,00 (três mil, setecentos e cinquenta reais), sendo a primeira parcela devida 10 (dez) dias úteis após a assinatura da presente Escritura, e as demais parcelas seguintes no mesmo dia dos trimestres subsequentes até o vencimento da Emissão, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas.

9.6.2. O pagamento das parcelas de remuneração descritas acima deverão ser feitos ao Agente Fiduciário, acrescidos dos valores relativos aos impostos e incidentes sobre o faturamento: ISSQN (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), e COFINS (Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social) incluindo quaisquer juros, adicionais de impostos multas ou penalidades correlatas que porventura venham a incidir com relação a tais tributos sobre operações da espécie, bem como, quaisquer majorações das alíquotas já existentes, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes.

9.6.3. As parcelas referidas acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada “pro rata temporis”.

9.6.4. Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas na Escritura das Debêntures ou em caso de reestruturação prévia das condições das debêntures após a subscrição, será devido ao Agente Fiduciário, uma remuneração adicional correspondente a R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (i) a assessoria aos titulares das debêntures, (ii) comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou com os titulares das debêntures, (iii) a implementação das consequentes decisões dos titulares das debêntures e da Emissora, e para (iv) a execução das garantias ou das debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de 15 (quinze) dias úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado, no período em a Emissora permanecer nessa situação.

9.6.5. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% sobre o valor devido.

9.6.6. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das debêntures, caso o Agente Fiduciário, ainda esteja atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não incluem o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais

**Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da  
Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Colocação, da  
JSL S.A.**

como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.

9.6.7 A remuneração não inclui as despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, quais sejam: reconhecimento de firmas, cópias autenticadas, notificações, extração de certidões, despesas com viagens e estadas, despesas com especialistas, tais como, auditoria e /ou fiscalização entre outros.

9.6.8 No caso de inadimplemento superior a 30 (trinta) dias pela Emissora em relação ao pagamento da remuneração e das despesas reembolsáveis ao Agente Fiduciário, esses valores deverão ser adiantados pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidos pela Emissora.

## **9.7. Despesas**

9.7.1 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, as quais deverão ser, se possível, previamente comprovadas e autorizadas pela Emissora. Na hipótese de impossibilidade de prévia comprovação das despesas ora referidas, o Agente Fiduciário deverá apresentar os respectivos comprovantes de suas despesas no ato da prestação de contas à Emissora.

9.7.2 O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado, em 10 (dez) dias úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

9.7.3 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais propostas no interesse dos Debenturistas serão igualmente por estes suportadas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

**Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Colocação, da JSL S.A.**

9.7.4 As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação, respectivas hospedagens e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas;
- (e) despesas com cartórios e com correios necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário.

## **CLÁUSULA X**

### **ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas titulares de Debêntures.

#### **10.1. Convocação**

10.1.1. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

10.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.3. As AGDs deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A AGD em segunda



**Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da  
Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Colocação, da  
JSL S.A.**

convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.

10.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.

## **10.2. Quorum de Instalação**

10.2.1. A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

10.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura, considera-se “Debêntures em circulação” todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

## **10.3. Mesa Diretora**

A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

## **10.4. Quorum de Deliberação**

10.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto se de outra forma disposto nesta Escritura, alterações nos termos e condições desta Escritura deverão ser aprovadas seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem no mínimo 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em circulação.

10.4.2. Nas deliberações da AGD que tenham por objeto alterar características das Debêntures, como, por exemplo, (i) Remuneração; (ii) as datas de pagamento da Remuneração; (iii) os valores e as datas de amortização das Debêntures; (iii) Data de Vencimento; (iv) quoruns de deliberação de AGD previstos neste item 10.4; e (v) hipóteses de vencimento antecipado, conforme previstas no item 7.1 acima, deverão ser

**Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da  
Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Colocação, da  
JSL S.A.**

aprovadas, seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem no mínimo 90% (noventa por cento) do total das Debêntures em circulação. O quorum previsto para alterar as hipóteses de vencimento antecipado, conforme item (v) deste item 10.4.2, não guarda qualquer relação com o quorum para declaração de vencimento antecipado estabelecido no item 7.3.1 acima.

10.4.3. As deliberações que digam respeito aos Debenturistas, como por exemplo: (i) substituição do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário ou da Instituição Depositária; (ii) alteração das obrigações adicionais da Emissora estabelecidas na Cláusula VIII; (iii) alteração das obrigações do Agente Fiduciário, estabelecidas na Cláusula IX; ou (iv) alterações nos procedimentos aplicáveis às AGDs, estabelecidas nesta Cláusula X, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem pelo menos 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

10.4.4. Não estão incluídos no quorum a que se refere o item 10.4.1 acima os quoruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura.

10.4.5. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora na AGD.

10.4.6. O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

## **CLÁUSULA XI**

### **DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA**

**11.1.** A Emissora declara e garante ao Coordenador Líder que:

(a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto de acordo com as leis brasileiras e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;

(b) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações não infringem nenhuma obrigação relevante anteriormente assumida;

(c) esta Escritura constitui obrigação legal, válida, eficaz e vinculante, exequível de acordo com os seus termos e condições;

**Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da  
Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Colocação, da  
JSL S.A.**

- (d) a celebração desta Escritura e as Debêntures não infringem disposição legal, contrato ou instrumento dos quais a Emissora seja parte nem resultará em (i) vencimento antecipado de obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (ii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (iii) na criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora;
- (e) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações, e obteve todas as licenças, autorizações e consentimentos necessários, inclusive, mas sem limitação, aprovação societária à emissão das Debêntures, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (f) as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura constituem obrigações diretas, incondicionais e não subordinadas;
- (g) as operações e propriedades da Emissora cumprem, em todos os aspectos relevantes, com as leis, regulamentos e licenças ambientais em vigor; não há quaisquer circunstâncias que possam razoavelmente embasar uma ação ambiental contra a Emissora, nos termos de qualquer lei ambiental, que possa razoavelmente ter um Efeito Material Adverso (conforme abaixo definido);
- (h) a Emissora declara que pagou todos os tributos e contribuições previdenciárias, juntamente com todos os juros e penalidades quando aplicáveis, outros que não o pagamento de tributos e contribuições previdenciárias (i) cujo não pagamento não acarretaria um Efeito Material Adverso ou (ii) que estejam sendo contestados de boa-fé pelos meios adequados e para os quais a Emissora tenha feito reservas apropriadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (i) a Emissora cumpre em todos os aspectos relevantes todas as leis e regulamentos trabalhistas e previdenciários aplicáveis (inclusive dissídios coletivos), relativos a todos os seus empregados, inclusive, sem limitação, aqueles relativos a salários, jornada de trabalho, práticas trabalhistas equitativas, saúde, segurança, exceto na medida em que o descumprimento dessas leis e regulamentos não possa razoavelmente resultar em um Efeito Material Adverso;
- (j) a Emissora cumpre, em todos os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que lhe são aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, (i) exceto com relação àquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais ou administrativos apropriados e de boa-fé e (ii) exceto na medida em que o descumprimento de tais leis, regulamentos, normas administrativas e determinações não possa razoavelmente resultar em um Efeito Material Adverso;

**Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da  
Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Colocação, da  
JSL S.A.**

- (k) a Emissora, nesta data, (i) detém todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes necessárias para o exercício de suas atividades; (ii) observa e cumpre, em todos os seus aspectos relevantes, seu estatuto social ou quaisquer obrigações e/ou condições contidas em contratos, acordos, hipotecas, escrituras, empréstimos, contratos de crédito, notas promissórias, contratos de arrendamento mercantil ou outros contratos ou instrumentos dos quais seja parte ou possa estar obrigada, exceto nos casos em que o descumprimento ou a violação ou inadimplemento referidos não possam razoavelmente acarretar um Efeito Material Adverso; e (iii) cumpre, em todos os seus aspectos relevantes, com a legislação brasileira em vigor; sendo que o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura e da Emissão não resultará em violação de qualquer lei aplicável, estatuto, regra, sentença, regulamentação, ordem, mandado, decreto judicial ou decisão de qualquer tribunal, nacional ou estrangeiro;
- (l) não há ações judiciais, processos, arbitragem, de qualquer natureza, incluindo sem limitação, cíveis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias contra a Emissora, que, de acordo com o melhor conhecimento da Emissora razoavelmente poderiam, individual ou conjuntamente, ter um Efeito Material Adverso;
- (m) a Emissora mantém cobertura de seguro com seguradoras de reconhecida capacidade financeira contra perdas e riscos e em valores que estão de acordo com a região geográfica e os negócios em que está engajada. A Emissora não tem qualquer razão para acreditar que não conseguirá renovar os seguros existentes quando expirar a cobertura ou obter cobertura conforme necessário para dar continuidade aos seus negócios a um custo que não resultaria razoavelmente em Efeito Material Adverso;
- (n) a Emissora mantém um sistema de controle interno de contabilidade suficiente para garantir razoavelmente que: (i) as operações sejam executadas de acordo com as autorizações gerais e específicas da administração da Emissora; e (ii) as operações sejam registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e para manter a contabilidade dos ativos da Emissora;
- (o) a Emissora possui e detém o título de todas as patentes, direitos de patente, marcas comerciais, marcas de serviço, nomes e bandeiras comerciais, direitos autorais e obras sob direitos autorais, segredos comerciais e informações comerciais confidenciais, *software* e outros direitos de propriedade intelectual similares necessários para capacitá-la a continuar conduzindo, em todos os aspectos relevantes, seus negócios da forma como são atualmente conduzidos, exceto onde a falta deste título não possa razoavelmente resultar em um Efeito Material Adverso;

**Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da  
Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Colocação, da  
JSL S.A.**

- (p) na data de liquidação e, imediatamente após, a Emissora, após a colocação das Debêntures pelo Coordenador Líder, será solvente, nos termos da legislação brasileira;
- (q) a Emissora não omitirá do Coordenador Líder nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seus conhecimentos e que possa razoavelmente resultar em Efeito Material Adverso;
- (r) todas as informações prestadas pela Emissora ao Coordenador Líder anteriormente ou concomitantemente à presente data, para fins de análise e aprovação da emissão das Debêntures, são corretas e verdadeiras em todos os seus aspectos relevantes na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;
- (s) as demonstrações financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010 são verdadeiras, completas e corretas em todos os aspectos relevantes na data em que foram preparadas; refletem, de forma clara e precisa, a posição financeira e patrimonial, os resultados, operações e fluxos de caixa da Emissora no período e foram auditadas;
- (t) as demonstrações financeiras da Emissora acima referidas foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve, no melhor entendimento da Emissora, nenhum fato que pudesse razoavelmente causar um Efeito Material Adverso à Emissora;
- (u) a Emissora ou qualquer de seus bens não possuem qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal no Brasil ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição, exceto com relação aqueles bens que são objeto de concessões governamentais e considerados de interesse público;
- (v) todas as declarações e garantias relacionadas à Emissora que constam desta Escritura são, na data de assinatura desta Escritura, verdadeiras, corretas consistentes e suficientes em todos os seus aspectos materiais;

**11.2.** Para fins desta Cláusula, “Efeito Material Adverso” significa qualquer circunstância ou fato, atual ou contingente, alteração ou efeito devidamente fundamentado sobre a Emissora, que modifique adversamente a condição econômica, financeira, jurídica ou de qualquer outra natureza, da Emissora, de modo a afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações decorrentes desta Escritura, da Emissão ou da Oferta.

## **CLÁUSULA XII**

### **ADITAMENTO À PRESENTE ESCRITURA**

**12.1.** Quaisquer Aditamentos a esta Escritura deverão ser arquivados na JUCESP.

## **CLÁUSULA XIII**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **13.1. Comunicações**

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

**Para a Emissora:**

**JSL S.A.**

Av. Saraiva 400, Bairro Brás Cubas,

CEP 08745-900, Mogi das Cruzes - SP

At.: Sra. Viviane Rodrigues / Sra. Silmara Ferreira Carlos / Sr. Joao Seixas / Sr. Denys M  
Ferrez

Fax: (11) 4795-2091 / 4795-7185

Tel.: (11) 4795-7012 / 4795-7446 / 4795-7000

E-mails: [viviane@jsl.com.br](mailto:viviane@jsl.com.br) / [silmara@jsl.com.br](mailto:silmara@jsl.com.br) /

[joao.seixas@jsl.com.br](mailto:joao.seixas@jsl.com.br) / [denys.ferrez@jsl.com.br](mailto:denys.ferrez@jsl.com.br) / [ri@jsl.com.br](mailto:ri@jsl.com.br)

**Para o Agente Fiduciário:**

**Planner Trustee DTVM Ltda.**

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 10º andar, Itaim Bibi

CEP: 04538-132, São Paulo, SP

At.: Sra. Viviane Rodrigues

Tel.: (11) 2172-2628

Fax: (11) 3078-7264

E-mails: [vrodriques@plannercorretora.com.br](mailto:vrodriques@plannercorretora.com.br)

**Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da  
Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Colocação, da  
JSL S.A.**

**Para o Banco Mandatário:**

**Banco Bradesco S.A.**

Vila Yara, Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º Andar  
CEP 06029-900, Osasco – SP  
At.: Sr. João Batista de Souza / Sr. Fabio da Cruz Tomo  
Tel.: (11) 3684-7911 / 11-3684-2852  
Fax: (11) 3684-5646  
E-mail: 4010.jbsouza@bradesco.com.br/4010.custodiarf@bradesco.com.br/  
4010.tomo@bradesco.com.br

**Para a CETIP**

**CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano  
CEP 01452-001, São Paulo – SP  
At.: Gerência de Valores Mobiliários  
Tel.: (11)3111-1596  
Fax: (11)3111-1564  
E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

### **13.2. Renúncia**

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, de forma que nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

### **13.3. Custos de Registro**

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

#### 13.4. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

#### 13.5. Foro

Fica eleito o foro Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 17 de junho de 2011.

**JSL S.A.**

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:

**PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
R.G.:  
CPF/MF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
R.G.:  
CPF/MF: